

FRONTEIRA ENUNCIATIVA: UM LUGAR DE SENTIDO

Juciane Ferigolo PARCIANELLO¹

ABSTRACT: *Our research focuses on the analysis of a enunciative sequence produced by a decent of italian immigrants subject, who now resides in Ivorá. His enunciate, in portuguese, is affected by marks from another language, this persecuted, condemned, interdicted: the italian language. We seek, in this work, to show how these marks make of the enunciation a meeting's place of two languages, who, despite putting them in a dichotomous position, can not be seen as split, break, but as integration, continuity, it sustained in rapid and unnoticed passage from one language to another. To this passage, different than that which a bilingual speaker performs we nominate **fronteira enunciativa**. The enunciation of the descendant of italian immigrants is, so, characterized for the presence of a **fronteira enunciativa**, whose existence and operation are meaning's places for this subject, since it configures as his identity's mark.*

KEYWORDS: *language; "fronteira enunciativa"; meaning*

1. Introdução

Partimos de uma perspectiva enunciativa em diálogo com algumas noções da Análise do Discurso de vertente francesa, para realizar o trabalho de análise de sequências enunciativas provenientes de entrevistas realizadas com descendentes de imigrantes italianos. Buscamos com isso mobilizar alguns conceitos importantes tais como, *memória discursiva* e *memória da língua*, para entrarmos na questão central de nosso trabalho: a presença de uma fronteira, a qual nomeamos *fronteira enunciativa*, que é constitutiva da identidade deste sujeito e o significa a partir de sua existência e de seu funcionamento. Entendemos por *fronteira enunciativa*² aquela que se constitui na enunciação de sujeitos afetados pelas línguas que enunciam. Trata-se de um modo de funcionar da língua marcado pela passagem de uma língua para outra no ato de enunciar. Consideramos a presença de tal fronteira no discurso de um sujeito descendente de italianos, cuja língua materna é o italiano, aprendido pouco anteriormente ao português em um contexto de políticas nacionalistas, pautadas em um ideal de unidade e, por isso, de intolerância à diversidade cultural, étnica e linguística. O sujeito em questão, é filho de terceira geração de imigrantes italianos, reside hoje na comunidade da Linha Cinco, município de Ivorá e possui 83 anos.

É importante também, para a nossa investida analítica, a utilização de noções como as de história, enunciação, memória discursiva, fronteira, pois tais encontram-se interligadas no processo de construção da identidade do sujeito descendente de imigrantes italianos.

Interessa-nos ainda analisar como o sujeito que enuncia significa, na sua enunciação, um lugar político para as línguas que estão entremeadas no funcionamento enunciativo pelo o uso da língua portuguesa e o da língua italiana. Ao enunciar deste modo, o sujeito dá sentidos políticos às línguas que o afetam, de maneira a hierarquizar essas línguas a partir do lugar de onde enuncia. Para enunciar em uma língua atravessada, o sujeito faz significar seu lugar de constituição pela fronteira enunciativa.

¹ Aluna do Mestrado em Letras, na área dos Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob orientação da Prof. Dr^a. Eliana Rosa Sturza.

² Este conceito será melhor desenvolvido e problematizado no texto de dissertação de mestrado, que se encontra em andamento

Para que não haja equívocos, fazemos uma distinção entre fronteira enunciativa e fronteira linguística. Esta se dá no plano linguístico, gramatical, pela presença de formas em contato. Aquela acontece no plano do discurso, pelo funcionamento de línguas no dizer de um sujeito significado por estas línguas.

A sequência enunciativa a ser analisada é tomada enquanto discursividade *na* e *sobre* a língua, posto que, em alguns momentos, o sujeito “deixa” transparecer as marcas da língua interdita (o italiano) ao mesmo tempo em que fala, enuncia, discursiva *sobre* ela. A língua silenciada retorna como um sinal diacrítico (ZANINI) da italianidade, e o faz, ressignificando e (re)constituindo a identidade do sujeito descendente de imigrantes italianos.

2. Da negação da língua materna ao seu uso: o conflito que significa o sujeito.

A sequência enunciativa que servirá de base para a realização da proposta de trabalho já mencionada foi recortada de entrevistas realizadas com descendentes de italianos que vivem hoje na Comunidade Linha Cinco, município de Ivorá, Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Foram entrevistados dois descendentes de italianos, um de 55 e outro de 83 anos, sem vínculo de parentesco. A escolha foi em função da idade e em função de eles serem filhos de pais que tinham o italiano como língua materna. As perguntas dirigidas aos entrevistados foram em relação ao seu período escolar, à língua que falavam na escola e nas interações com a família, com vizinhos e amigos, à visão que possuem da língua de seus pais e avôs e ao (des)uso hoje desta língua na comunidade e no círculo familiar. Interessa-nos, com estas interrogações, observar como as respostas são dadas e não, prioritariamente, o que eles respondem. Dito de outra forma, buscamos analisar como estes sujeitos se constituem pelo funcionamento da língua silenciada no momento em que falam *sobre* ela.

Para este exercício analítico, usaremos um trecho da fala do descendente de 83 anos. É importante recordar que este sujeito viveu em condições sócio-históricas de repressão e interdição linguística durante a Era Vargas. Consideramos tal trecho de fala como uma sequência enunciativa, e por isso uma discursividade para análise, porque partimos do pressuposto de que quem fala, o faz partindo de um lugar sócio-histórico e de uma posição que situa seu dizer na relação com outros dizeres já existentes. É por esta consideração que o sujeito empírico adquire estatuto de sujeito do discurso. Por conseguinte, havendo sujeito e havendo discurso, há também enunciado.

Algumas informações pertinentes a respeito do entrevistado: possui 83 anos, nasceu no interior do município de Ivorá, local onde reside até hoje, analfabeto, frequentou a escola durante um mês apenas, por ter que ajudar os pais na lavoura e no cuidado com os irmãos menores, adquiriu como língua materna o italiano e como segunda língua o português. Segundo dados deste sujeito, a língua familiar foi, por um curto período (até aproximadamente seus 10 anos de idade), o italiano, que era também praticado nas conversas com a vizinhança, com amigos descendentes e com parentes de outras comunidades. O uso do português se resumia àquelas situações em que houvesse a presença de pessoas que não falavam italiano ou durante as celebrações e as missas. Durante a infância e a juventude do entrevistado, o italiano foi basicamente a língua dos diálogos cotidianos. Ele não aprendeu a forma escrita de nenhuma das línguas e afirma que também seus pais não a aprenderam. A língua – ou as línguas – que praticava era, portanto, predominantemente de manifestação oral, sendo o italiano de uso mais restrito ao ambiente familiar e o português de uso em situações extra-familiares, como na catequese, na escola, nas conversas com pessoas de outras descendências e origens.

Os filhos do entrevistado sabem falar algumas palavras, expressões, provérbios, ditos populares em italiano e compreendem relativamente bem um enunciado nesta língua porque, de acordo com ele, no ambiente familiar sempre se priorizou o uso do “brasileiro” – designação dada pelo entrevistado ao português falado no Brasil - para a comunicação diária. O italiano não foi a língua materna dos filhos deste sujeito, e o pouco que eles conhecem desta língua foi aprendido na convivência diária com os pais, naqueles momentos de retorno às origens, quando eles produziam curtos diálogos em italiano. Quando interrogado sobre o porquê de não usar o italiano nas conversas de família e o porquê de não ensiná-lo aos filhos, ele responde que não o fez porque não gostava de falar esta língua e porque via o aprendizado do português como uma necessidade para seus filhos.

A sequência enunciativa abaixo contém o dizer do sujeito entrevistado em resposta a nossa pergunta:

S.E. 1 - Porque eu *non* gostava de fala italiano, eu gostava de fala mais *brasileiro*... Quando eu casei, *nóis* começemo a fala só *brasileiro*, porque tinha os filho, né... Eles tinha que aprende o *brasileiro*.

É a partir deste enunciado que realizaremos nossa proposta de análise, proposta esta já mencionada em momentos anteriores de nosso texto. Consideramos a sequência acima como uma discursivização *na* e *sobre* a língua. Falar *na* língua é, para nós, falar nessa língua “misturada”, nessa língua que é a “brasileira” atravessada e transformada, em certos momentos pela italiana. É falar em uma língua marcada pela presença de uma fronteira interna, móvel e latente, que a cada circunstância de enunciação se faz presente com determinada face.

Falamos de uma fronteira enunciativa que é constitutiva deste sujeito, que o significa enquanto sujeito descendente de italianos, porque a língua que ele fala revela sua identidade ítalo-brasileira. Essa fronteira deve sua existência ao funcionamento da memória, que por sua vez atua por duas frentes: uma para negar, para silenciar a língua “proibida” e outra, contrariamente, para dar vida, para fazer significar pela enunciação a língua interdita. Retomaremos posteriormente as questões concernentes ao funcionamento desta fronteira linguística, pois trataremos agora do funcionamento da memória, através de um diálogo com a Análise do Discurso, terreno onde esta é considerada como o espaço do “já dado”, o lugar onde habitam os sentidos, o lugar para onde o sujeito retorna no momento de enunciar (ORLANDI, 2005).

3. Memória discursiva e Memória da língua

Em seu texto intitulado **O papel da Memória** (1999), em linhas gerais, Michel Pêcheux explica como se dá o funcionamento da memória e como ela pode ser entendida. Para ele,

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (p. 56).

A memória é, nesta colocação, algo que está em constante movimento, em constante reestruturação. Poderíamos concebê-la como um lugar de deslocamentos, de constantes

(re)arranjos, determinados pelo seu funcionamento, que nunca cessa. Ela está, nesta perspectiva, sempre se constituindo e se (re)definindo. O conteúdo que nela habita se não pode ser tomado enquanto sentido homogêneo, é, então, heterogêneo, pois está condicionado à situação sócio-histórica de ativação daquilo que já foi dito. Pela memória, aquilo que é dito pode ser repetido infinitas vezes, porém o sentido não será sempre outro, dada a condição histórica da enunciação. Eni Orlandi em seu livro **Análise de Discurso, Princípios e Procedimentos** (2005), na linha de pensamento de Pêcheux, entende o dizer como a ação de rememorar discursos. Tudo o que um sujeito enuncia, na visão da analista do discurso, pertence a um universo maior, que nada mais é que o conjunto dos dizeres, o interdiscurso, a memória discursiva. É neste sentido que ela acrescenta: “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas palavras’” (p.32).

Partindo da definição de memória discursiva de Pêcheux e de Orlandi, consideraremos então, seu funcionamento no enunciado acima formulado pelo sujeito descendente de imigrantes italianos. O fato de tal sujeito afirmar que não gostava de falar italiano e que a aprendizagem do brasileiro era necessária para seus filhos não significa que ele realmente pensasse ou sentisse dessa forma. Por esta colocação podemos perceber a ação da memória discursiva, memória esta constituída por dizeres de negação, de interdição da língua italiana. A história do Brasil revela que as línguas de imigração – bem como a cultura desses povos - foram, durante um longo período, coibidas, rechaçadas, condenadas ao apagamento. As políticas linguísticas do Estado Novo significaram uma verdadeira chaga no sentimento de orgulho e de pertença à italianidade. O clima de perseguição, de cerceamento à liberdade de uso da palavra (em italiano) contribuiu consideravelmente para o abandono gradual da prática e do ensino da língua italiana em ambiente familiar.

Os relatos da história brasileira nos mostram que os falantes de italiano, de alemão, de japonês ou de qualquer outra língua que não o português, sentiam-se, pela força e pela prática da lei, impedidos de usarem sua língua materna na escola, em lugares públicos ou em qualquer situação em que houvesse um não falante da língua “estrangeira” (cf. os decretos-lei n. 406, de maio de 1938 e n.1545, de agosto de 1939) . A pena para quem desobedecesse as sanções de governo variava de humilhação pública, ofensas, insultos a agressões físicas, prisões e, em casos extremos, a morte.

O entrevistado, como frequentou a escola por apenas um mês, mencionou que nela nunca foi explicitamente repreendido nem reprimido, mas confirma que neste curto período de experiência em sala de aula, somente lhe era permitido falar brasileiro. Assim também ocorreu na catequese, durante um período de seis meses. Por tudo o que foi descrito acima com relação ao panorama histórico-social da Era Vargas, concluímos que a preferência do sujeito entrevistado por falar e ensinar brasileiro aos filhos, não tem como causa a necessidade de ascensão social. Na contramão dessa idéia, a preferência pelo aprendizado do português é fruto de uma memória da interdição, do silenciamento, do impedimento da prática da própria língua, cuja origem remonta ao período do Estado Novo. Nesta época circulavam por todo o Brasil através da mídia, das Instituições de Ensino e de decretos-leis, discursos nacionalistas de amor e respeito à pátria brasileira e a tudo o que pertencesse a ela. A língua portuguesa era (e continua sendo) a língua oficial do país, por isso devia ser falada e entendida por todos os habitantes do território. Os descendentes de imigrantes italianos que não gostavam de falar português - ou brasileiro, de acordo com a designação do entrevistado - ou não o queriam usar, foram forçados a fazê-lo, para que assim pudessem pertencer ao Estado Brasileiro. A ideologia nacionalista desse momento histórico marcava seu lugar na língua e nos discursos de defesa da identidade brasileira - que não deveria ser “contaminada” por “quistos” e “tumores malignos” (BORGES PEREIRA) representados pelas demais culturas. Todas estas

manifestações de defesa à pátria já estavam dadas no espaço do interdiscurso, afinal o Brasil seguia o exemplo dos governos fascistas europeus, tomando para si um discurso nacionalista de proteção e unidade estatal, que já significava em outros países.

O fato de o entrevistado agir como um defensor da língua nacional é, na perspectiva discursiva, um mecanismo de defesa frente à interdição linguística, pelo acionamento da memória discursiva. Esta, constituída por discursos de defesa e valorização da nação brasileira, volta a “falar” na voz do descendente décadas depois. Sua afirmação “eu non gostava de fala italiano” e “os filho tinha que aprende brasileiro”, demonstra que a necessidade, a qual lhe impôs a política getulista de somente usar a língua nacional, fez com que seu discurso mudasse, pela memória da repressão, em favor dela. Como iria alguém subitamente deixar de identificar-se com suas raízes, deixar de pensar-se dentro de sua cultura, deixar de gostar de sua língua e de suas tradições? Isso é irrealizável e somente acontece na ordem do discurso, visto que a memória discursiva está agindo e as ideologias nacionalistas, materializando-se nele. Tudo o que foi dito outrora em defesa do nacionalismo, ganha novamente “corpo”, materialidade no discurso do entrevistado, pelo fato de que se posicionar como brasileiro nato é mais confortável, mais benéfico, mais vantajoso. As ideologias nacionalistas seguem existindo pela existência de uma memória discursiva. E esta segue em constante rearranjo, em constante movimento, pelo seu condicionamento sócio-histórico, mantendo, porém, de alguma forma, o já dito.

Além do funcionamento da memória discursiva na fala do entrevistado, consideramos também a ação de uma “memória da língua”, entendida por Maria Onice Payer (s/d) em seu artigo **A língua como lugar de memória** como o retorno e/ou a presença da língua interdita, silenciada pela língua nacional e de uso do sujeito. Conforme a autora, “a língua apagada na história deixa seu vestígio na memória, como marca mesma do que foi apagado”. No entanto, estas marcas não são facilmente reconhecíveis, pois “funcionam sub-repticiamente, sob a forma do esquecimento. É no esquecimento do silenciamento da língua dos antepassados que estes processos se instalam na relação sujeito/língua” (ibidem). E é graças a esta relação que o esquecimento não é total, pois como afirma Guimarães (2008) só há língua porque há sujeito e só há sujeito porque há língua. Nesse sentido, uma língua não é apagada, esquecida completamente por um sujeito que a praticou durante muito tempo e com ela pode ler o mundo e dar sentido a ele. Mesmo no silêncio ela é plena de sentido, de acordo com Orlandi (2005), e opera em contradição ao senso comum que diz “quem cala consente”. O silêncio é, para a referida autora, uma forma de dissenso, uma forma de resistência. Em diálogo com Orlandi, Payer e Bolognini pontuam que

nessa perspectiva tem-se observado que tanto o *modus operandi* do silenciamento (interdição) quanto o fato discursivo do silêncio sobre a presença das línguas estrangeiras praticadas pelos descendentes de imigrantes no Brasil não deixaram de imprimir marcas no sujeito que se escolariza, bem como na memória social. Por exemplo, especificamente quanto aos elementos do italiano presentes no português, eles vêm sendo interpretados como traços de um retorno involuntário, na memória, da língua apagada.

Os vestígios da língua silenciada em algum momento aparecem, e ganham “vida” de diversas formas, seja na pronuncia de determinados sons, seja no vocabulário, seja na forma de piada ou até mesmo de um riso. Na língua, tudo significa e tudo é memória, mesmo que esta memória seja marcada pelo esquecimento (ORLANDI, 2005). No enunciado do entrevistado, é possível constatar a presença de uma palavra da língua italiana em sua fala: *nom*. Este vocábulo é recorrente em sua fala, apesar da tentativa do entrevistado de falar somente brasileiro. Ele mencionou que já não sabe mais falar em italiano e que falar brasileiro

é mais fácil, porém, sua fala explicita as marcas, os vestígios daquilo que foi tão combatido e censurado, daquilo que foi alvo de medidas jurídicas, de intervenções políticas, daquilo, enfim que é selo de sua identidade e que jamais será completamente apagado: *a língua italiana*³. Enquanto o discurso de defesa da língua nacional ressurgiu ativado pela memória discursiva, a outra memória, a da língua, trabalha e funciona simultaneamente, produzindo novos sentidos no discurso deste sujeito.

Outro aspecto importante está na pronúncia do pronome pessoal “nóis” que é a mistura de *nós* do português com o *nói* do italiano. Novamente, percebemos o agir da memória da língua “pela presença constitutiva de traços de uma língua presente em sua ausência, na configuração do imigrante como uma posição de sujeito no discurso” (PAYER, 2006, p. 108). O sujeito, social e histórico, tem seu discurso, neste caso, marcado por ideologias de defesa de sua língua materna. É neste sentido que percebemos o eco vivo da língua italiana na linguagem daquele que tanto foi impedido de usá-la. Dadas as tentativas de silenciamento lingüístico, não apenas as línguas de imigração ameaçavam a unidade do Estado, mas também tudo o que pertencesse ao conjunto heterogêneo da cultura e da identidade destes povos. A língua é não mais que um destes elementos, o mais expressivo certamente, pois o sujeito se significa e expressa seu modo de ser por meio dela. Os demais aspectos, contudo, que caracterizam a vida e a vivência dos italianos também foram fortemente combatidos, devido a que não há como separar cultura e língua; ambas são parte do conjunto total que conforma a identidade do sujeito imigrante italiano.

Maria Onice Payer, em seu livro **Memória da Língua, Imigração e Nacionalidade** (2006), aponta que as diferentes perspectivas de nacionalização foram sustentadas na fusão ambígua de sentidos, porque sua enunciação – das perspectivas de nacionalização -

funciona ambigualmente, operando como se barrasse a diversidade, o heterogêneo do que constitui a população brasileira com suas várias línguas e memórias históricas produzidas a partir de lugares específicos no interior dessa história. Colocando-se no centro dos lugares, o Estado produz a partir unicamente de si como nação, uma lógica narrativa que vai aparecer como auto-evidente, transparente, sustentando uma memória discursiva específica junto a sociedade, e difundindo-a na ordem da escritura. Um misto de necessidade de autodefesa do Estado, face ao contexto internacional e de uso retórico dessa necessidade resulta em um nacionalismo escoteiro, de teor dogmático, que apaga de modo quase inequívoco as memórias discursivas circundantes, dentre elas as dos imigrantes com suas línguas (p. 97/98)

Seguindo na esteira do pensamento de Payer, queremos fazer mais uma consideração a respeito das ações homogeneizantes empreendidas pela legislação de Vargas: tais ações trouxeram como corolário o silenciamento da língua italiana e também de um conjunto de hábitos – cultura – que acompanha o uso desta língua. O silêncio lingüístico, nesta perspectiva, passa a funcionar não como aquilo que não foi dito, não como o espaço vazio de sentidos no discurso dos imigrantes e seus descendentes. O silêncio, manifesto pela voz do sujeito dizendo “eu non gostava de fala italiano” ou “eu já non sei mais fala italiano”, é este lugar repleto de sentidos que ecoa na própria negação de sua língua materna, de sua língua familiar. Quando o entrevistado faz tais afirmações em língua portuguesa, seu silêncio – o de não querer se pronunciar em italiano - e sua negação – do italiano - revelam o medo e o temor da repressão, do riso, da censura, da reprovação. “O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso”

³ É importante recordar que a língua italiana a qual nos referimos é este conjunto de falares italianos em contato com o brasileiro, o qual é designado por *talian*.

(ORLANDI, 1997, p. 105). O outro discurso é aquele de defesa à língua italiana, de amor a ela e a tudo o que ela representa. Pela memória discursiva, o silêncio volta na fala do descendente de imigrantes, produzindo estes sentidos.

4. Fronteira enunciativa e identidade: falar *na* e *sobre* a língua

Nesta seção, buscaremos analisar como a presença de uma fronteira (linguística ou enunciativa?) significa o sujeito quando ele produz enunciados *na* e *sobre* a língua. O caráter paradoxal da fronteira que por um lado representa cisão, divisão, ruptura e por outro, unidade, integração, aproximação (STURZA, 2006) é também constitutivo da identidade do sujeito, pelo ato de enunciar. Discutiremos então, alguns conceitos de fronteira, retomando para tal a noção de espaço de enunciação, já que as coordenadas de tal fronteira linguística (enunciativa?) – buscaremos desenvolver um conceito para fronteira enunciativa, pois entendemos que é este tipo de manifestação que se encontra no ato de enunciar de um sujeito descendente de imigrantes italianos – se localizam no interior do espaço de enunciação, que coincidentemente (ou não), é também um lugar de conflitos e disputas.

Guimarães (2005, p.4) compreende o espaço de enunciação como

o espaço de relações entre línguas diversas e seus falantes, no qual estas línguas funcionam. Ou seja, as línguas funcionam segundo o modo de distribuição para seus falantes. Em outras palavras, línguas não são objetos abstratos que um conjunto de pessoas em algum momento decide usar. Ao contrário, são objetos históricos e, enquanto tais, estão relacionadas aqueles que as falam... O espaço de enunciação é o lugar de atribuição das línguas para seus falantes.

Por esta citação, podemos entender o espaço de enunciação do sujeito descendente de italianos, precisamente como este lugar de relações entre línguas diversas – o italiano e o português, neste caso – e seus falantes. A ação de por a língua para funcionar é, por esta perspectiva, de caráter histórico e político. Histórico porque o enunciador fala de um lugar determinado pela situação de produção e, porque fala lembrando enunciados já ditos em outras circunstâncias, com sentidos outros, passíveis de serem ressignificados. É a natureza política do ato de enunciar se deve à distribuição da palavra para seus falantes. O espaço de enunciação é regulado por relações de poder que ditam quem pode, quem deve e quando enunciar. É por este motivo que um falante de italiano em território brasileiro vê a aprendizagem do português como uma atitude vital para seus filhos. Ele sabe que certas formulações só podem ser feitas em língua nacional e que certos cargos ou posições sociais só podem ser ocupados por um falante de português. É nessa região de disputas pelo dizer e em que língua dizer que o sujeito atribui à língua que fala (ou às línguas que fala) um lugar político.

A língua permite ao sujeito fazer a leitura do mundo a partir de outras já feitas, daí sua natureza histórica. Além disso, garante ao sujeito a possibilidade de entender-se a si próprio, de significar-se pelo dizer e pela forma como o faz. Assim, é pelo uso da língua que o sujeito constrói sua identidade, diferenciando-a das demais. Quando o entrevistado diz: “Eu non gostava de fala italiano, eu gostava de fala mais brasileiro... Quando eu casei, nós começemo a fala só brasileiro, porque tinha os filho, né... Eles tinha que aprende o brasileiro”, os vocábulos “non” e “nóis” evidenciam sua identidade italiana, apesar do enunciado expressar o contrário. Neste caso, é visível e aplicável a noção de que o sujeito em questão vive em um espaço de enunciação, no qual tanto o italiano como o brasileiro funcionam, obviamente de forma diferente – não podemos deixar de considerar que no espaço de

enunciação da Quarta Colônia há outras línguas, como o alemão, por exemplo, em funcionamento.

Saindo do geral para o específico, consideraremos o lugar onde o sujeito descendente de italianos enuncia como um espaço de enunciação por entendermos que há nele duas línguas em disputa, cujo funcionamento é regulado pelo político. Interessa-nos, em última instância, com esta consideração, tratar da presença de uma fronteira linguística interna – interna porque não é idêntica a uma fronteira geopolítica, que divide e ao mesmo tempo une territórios administrativamente diferentes – materializada no interior deste espaço de enunciação.

Leandro Mendes Rocha (2003) tece uma definição de fronteira que privilegia a integração, a troca de elementos, valores, bens saberes, o que vai além da visão de fronteira geopolítica. Aquela é

o locus onde se encontram culturas diferentes, economias diferentes, populações diferentes, enfim, onde ocorrem mudanças quantitativas e qualitativas nas vidas das populações envolvidas como grupos sociais, classes e etnias. As fronteiras são vistas em seu dinamismo, onde interação de forma dialética os diversos atores envolvidos, tanto do ponto de vista sociocultural, como do político e econômico (p. 96).

Se pensarmos a fronteira à luz da definição de Mendes Rocha, percebemos que ela não é um espaço de cisão, de fragmentação como o é a fronteira geopolítica. Contrariamente, ela é o lugar da diversidade, o lugar da mistura, o lugar do intercâmbio, porque os sujeitos que a constituem estão em constante interação. A fronteira é, pois, o lugar da permissão, nele o sujeito confunde-se com o outro, com o “estrangeiro”, que não pertence ao seu espaço, mas está sempre no limite do pertencimento.

A fronteira enunciativa, por sua vez, compreende um *locus* mais reduzido, mais particular, pois tem um modo de funcionar específico para cada sujeito, afetando-o com maior ou menor intensidade, de acordo com seu universo histórico social. Conforme Sturza (2006), a “fronteira é antes de tudo um lugar de encontro definido por sentidos que, em um primeiro momento, parecem paradoxais: lugar de integração e transgressão” (p.56). Essa definição explica e caracteriza o modo de atuação da fronteira enunciativa. A passagem de uma língua para a outra, mesmo que em pequenos lapsos temporais, revela um sujeito que se significa pelo cruzamento de duas línguas. O sujeito vive a fronteira a cada vez que enuncia, identifica-se e é identificado por ela, pois não consegue negá-la, nem ocultá-la.

Quando o entrevistado diz “eu *nom* gostava de fala italiano” ele está distribuindo hierarquicamente as línguas: a língua que ele afirma gostar de falar é o brasileiro, por isso seu espaço de funcionamento é mais amplo e, contrariamente, a língua que ele nega é o italiano – o sujeito nega a própria língua materna pela existência de uma memória de repressão que volta a ressoar, que volta a fazer sentido - por isso seu lugar de funcionamento é tão restrito. O sujeito deste enunciado está, pelo próprio ato de por a língua em funcionamento, distribuindo-a politicamente, ou melhor, distribuindo-as politicamente, já que são duas, segundo uma escala hierárquica de valoração. O português tem mais valor ou mais legalidade, e com ele o sujeito pode falar tranquilamente, sem correr o risco de não ser compreendido ou de ser estigmatizado como colono. O italiano tem menos valor - por isso sua presença em menor proporção – porque não é em qualquer lugar que o sujeito pode usá-lo, e se o faz corre o risco de não ser compreendido e de não ter seus direitos garantidos.

A fronteira estabelecida na enunciação tem de um lado a língua que “todos” os brasileiros usam e que o sujeito entrevistado deve também usar para ser um brasileiro, e de outro a língua que herdou de seus pais, sua língua materna, que deve ser evitada, silenciada,

controlada, na medida do possível. O flagrante, a falha, o lapso acontecem, porém, na enunciação, quando o falante põe a língua para funcionar. Ele é traído pela própria língua que não quer falar, isso porque ela é constitutiva da sua identidade e a todo momento retorna pela ação da memória da língua. É por esta fronteira que o sujeito descendente de italianos percebe e significa o mundo a sua volta e é por esta fronteira que ele se significa e ressignifica os elementos que compõem a italianidade.

5. Algumas considerações

Neste trabalho analisamos como a memória discursiva funciona na fala de um descendente de imigrantes italianos, que teve sua língua materna – o italiano – interdita, reprimida, silenciada pelas intervenções políticas do governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo. Também observamos como a memória da língua age e se materializa no discurso, deixando nele as marcas indestrutíveis da língua silenciada.

Ainda, procuramos entender como um sujeito descendente de imigrantes italianos se significa a partir da língua que fala, língua esta marcada pela mistura, pelo cruzamento, pelo atravessamento do italiano na discursivização em português. Este fato caracteriza o que denominamos fronteira enunciativa em um espaço de enunciação marcado pela relação entre línguas. Com este breve trabalho de análise e de reflexão, entendemos que a memória é o lugar “onde cresce a história, que por sua vez alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1994, p. 477).

Referências

- GUIMARÃES, Eduardo. *Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil*. São Paulo: s/e, 2005
- _____. *Enunciação e História*. In: *História e Sentido na Linguagem*. São Paulo: Editora RG, 2008
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3.ed. Campinas: Ed da Unicamp, 1994
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6 e. d. Campinas: Pontes, 2005
- _____. *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. 4 e. d. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997
- PAYER, Maria Onice. *A língua como lugar da memória*. Disponível em: <WWW.preac.unicamp.br/mamoria/textos/M.Onice Payer-completo.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2009
- PÊCHEUX, Michel. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999
- _____. *Memória da língua: Imigração e nacionalidade*. SP: Escuta, 2006
- ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado, as fronteiras e o trinômio Índio-Deus-Pátria: O caso dos índios Tiryó*. In: GUTIÉRREZ, Horacio. *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: Copyright, 2003
- STURZA, Eliana. *Línguas de Fronteiras e Política de Línguas: Uma História das Idéias Lingüísticas*. 2006. 158f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil Meridional. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS*. Editora UFSM, Santa Maria: 2002